Administração dos Portos do Douro e Leixões

Por despachos do conselho de administração dos Portos do Douro e Leixões de 21 de Novembro de 1936, e em harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 27.º do decreto n.º 20:842, de 23 de Janeiro de 1932, foi autorizado o reforço das seguintes verbas inscritas no orçamento da mesma Administração para o ano económico de 1936:

Despesas com o pessoal:

Artigo 3.º — Remunerações accidentais:

- 1) Remuneração de horas extraordinárias 2.500\$00

Pagamento de serviços:

Artigo 9.º — Despesas de higiene, saúde e conforto:

- 1) Serviços clínicos e de hospitalização 6.000\$00
- 2) Limpeza e outras despesas 250\$00
- 6.250\$00

Diversos encargos:

Artigo 12.º — Encargos das instalações:

- 1) Rendas de casas 50\$00

por transferência das seguintes dotações:

Despesas com o pessoal:

Artigo 1.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 2) Pessoal extraordinário para a fiscalização das empreitadas 2.500\$00

Pagamento de serviços:

Artigo 11.º — Diversos serviços:

- 3) Sondagens hidrográficas 6.250\$00

Diversos encargos:

Artigo 13.º — Encargos administrativos:

- 1) Restituições 50\$00

Administração dos Portos do Douro e Leixões, 23 de Novembro de 1936.— O Presidente do Conselho de Administração, *António F. Domingues de Freitas*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

Decreto n.º 27:374

Atendendo às circunstâncias em que se encontra a economia da colónia de Angola, provenientes da crise geral e dos prejuízos que à agricultura causaram as invasões de acridios, e bem assim à necessidade de evitar que diminua a actividade da exploração agrícola existente na colónia;

Considerando que já pelo artigo 71.º do decreto n.º 22:793 foram mandados anular todos os juros e multas por falta de pagamento da contribuição industrial estabelecida pelo decreto n.º 19:773, de 27 de Maio de 1931, e suspender os processos de execução fiscal até 30 de Outubro do mesmo ano, podendo os interessados liquidar até essa data os seus débitos;

Tendo em vista o disposto no artigo 28.º do Acto Colonial e por motivo de urgência;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 4.º do artigo 10.º da Carta Orgânica do Império Colonial Portu-

guês e nos termos do § 2.º da mesma disposição, o Ministro das Colónias decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. São anulados todos os juros de mora e multas impostas por falta de pagamento de contribuição industrial lançada nos termos do decreto n.º 19:773, de 27 de Maio de 1931, desde que os interessados satisfaçam voluntariamente, dentro do prazo de sessenta dias, a contar da data da publicação do presente diploma no *Boletim Oficial* da colónia de Angola, os débitos provenientes da mesma contribuição e as custas devidas nos processos de execução fiscal que porventura tenham sido instaurados para cobrança coerciva da referida contribuição.

§ único. Os processos de execução fiscal que tiverem sido instaurados para a cobrança coerciva da contribuição industrial e respectivas custas ficarão suspensos durante o prazo a que se refere o presente artigo.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Para ser publicado no «Boletim Oficial» da colónia de Angola.

Paços do Governo da República, 23 de Dezembro de 1936.— ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA— *António de Oliveira Salazar*— *Francisco José Vieira Machado*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 27:375

Com fundamento no disposto no artigo 2.º do decreto n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, e mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito especial da quantia de 5.140\$60 para reforço das seguintes verbas:

CAPÍTULO 5.º

Direcção Geral do Ensino Técnico

Escola Industrial Marquês de Pombal

Artigo 706.º — Encargos das instalações:

- 1) Rendas de casa 140\$60

Escola Prática de Agricultura de Queluz

Artigo 798.º — Encargos administrativos:

- 1) Alimentação e medicamentos, aquisição de roupa de uso e de cama, utensílios de mesa, consertos de roupa e outras despesas com o internato. 5.000\$00
- 5.140\$60

Art. 2.º São anuladas no orçamento do Ministério da Educação Nacional do ano económico corrente as seguintes verbas:

CAPÍTULO 5.º

Direcção Geral do Ensino Técnico

Escola Industrial Marquês de Pombal

Artigo 705.º — Diversos serviços:

- 1) Força motriz 140\$60

Escola Prática de Agricultura de Queluz

Artigo 792.º — Despesas de conservação e aproveitamento do material:

1) De imóveis:

a) Prédios rústicos (estrumes, adubos, correctivos, sementes, plantas, etc.) . . . 3.000\$00

Artigo 798.º — Encargos administrativos:

3) Outros encargos:

Emolumentos do Tribunal de Contas. . . 2.000\$00
5.140\$60

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Dezembro de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

Decreto n.º 27:376

Com fundamento no disposto no § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, e no artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É transferida no orçamento do Ministério da Educação Nacional para o ano económico de 1936 a seguinte importância:

CAPÍTULO 3.º

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

Instrução universitária

Universidade de Coimbra

Biblioteca Geral

Despesas com o pessoal:

Do artigo 56.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

1) Pessoal dos quadros aprovados por lei . . . 1.000\$00

Para o artigo 58.º — Remunerações accidentais:

1) Horas extraordinárias pelo serviço de leitura nocturna . . . 1.000\$00

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, nos termos da parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Dezembro de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — António Faria Carneiro Pacheco.

Publica-se, de harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, que, por despacho de hoje, foi autorizada a transferência da importância de 1.717\$30 da 3.ª para a 1.ª verba do n.º 3) do artigo 609.º, capítulo 4.º, do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o corrente ano económico.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 17 de Dezembro de 1936. — O Chefe da Repartição, Carlos Bandeira Codina.

Publica-se, de harmonia com as disposições do artigo 7.º do decreto n.º 25:299, de 6 de Maio de 1935, que, por despacho de hoje, foi autorizada a transferência da importância de 700\$ do n.º 3) para o n.º 2) do artigo 818.º, capítulo 6.º, do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o corrente ano económico.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública, 18 de Dezembro de 1936. — O Chefe da Repartição, Carlos Bandeira Codina.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO E INDÚSTRIA

Gabinete do Ministro

Decreto-lei n.º 27:377

Tendo sido publicado o diploma que remodela a Junta Nacional de Exportação de Frutas e cria a Junta Nacional das Frutas, em conformidade com o disposto no artigo 18.º do decreto-lei n.º 26:757, de 8 de Julho de 1936, e competindo ao novo organismo a fiscalização do comércio de frutas, bem como a aposição de marcas nacionais nos produtos exportados;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Passam a constituir receita da Junta Nacional das Frutas as taxas de verificação previstas no decreto-lei n.º 22:800, de 4 de Julho de 1933.

§ único. As taxas de verificação de frutas e produtos hortícolas serão fixadas em regulamentos aprovados pelo Ministro do Comércio e Indústria, sendo a cobrança feita por meio de guias de depósito, em duplicado, à ordem da Junta ou suas delegações, nas agências, filiais ou delegações da Caixa Geral de Depósitos, Crédito e Previdência, observando-se o disposto nos §§ 1.º e 5.º do artigo 42.º do citado decreto-lei n.º 22:800.

Art. 2.º Constitue receita da Junta Nacional das Frutas o produto da venda dos rótulos para as marcas nacionais criadas pelo decreto n.º 20:020, de 4 de Julho de 1931.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 23 de Dezembro de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Manuel Rodrigues Júnior — Manuel Ortins de Bettencourt — Joaquim José de Andrade e Silva Abranches — Francisco José Vieira Machado — António Faria Carneiro Pacheco — Pedro Teotónio Pereira — Rafael da Silva Neves Duque.

(Para ser presente à Assembleia Nacional).